



**AÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO DE CASO.**

Leonardo de Carvalho Duarte
Miguel Angel Garcia Bordas

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares é algo cada vez mais freqüente e tema atual de debates no campo educacional. Neste estudo buscamos compreender questões relacionadas à ação pedagógica de professores e a inclusão nas aulas de Educação Física. Tivemos como problema de pesquisa a seguinte questão: Como os professores de Educação Física, na sua ação pedagógica, se relacionam com a diferença gerada pela presença de alunos com deficiência em turmas regulares? Metodologicamente este estudo constitui-se como um estudo de caso que teve como objetivos: analisar a ação pedagógica de dois professores de Educação Física em turmas inclusivas do ensino fundamental I de uma escola da rede privada de ensino na cidade de Salvador e evidenciar, como se dá a relação desses professores com as diferenças geradas, especificamente, pela presença das deficiências nas aulas. Os resultados desta investigação sugerem que os professores desenvolvem ações pedagógicas que favorecem a inclusão das crianças com deficiência nas aulas de Educação Física, superando as perspectivas históricas que acompanharam essa prática pedagógica/disciplina

ABSTRACT

A inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares é algo cada vez mais freqüente e tema atual de debates no campo educacional. Neste estudo buscamos compreender questões relacionadas à ação pedagógica de professores e a inclusão nas aulas de Educação Física. Tivemos como problema de pesquisa a seguinte questão: Como os professores de Educação Física, na sua ação pedagógica, se relacionam com a diferença gerada pela presença de alunos com deficiência em turmas regulares? Metodologicamente este estudo constitui-se como um estudo de caso que teve como objetivos: analisar a ação pedagógica de dois professores de Educação Física em turmas inclusivas do ensino fundamental I de uma escola da rede privada de ensino na cidade de Salvador e evidenciar, como se dá a relação desses professores com as diferenças geradas, especificamente, pela presença das deficiências nas aulas. Os resultados desta investigação sugerem que os professores desenvolvem ações pedagógicas que favorecem a inclusão das crianças com deficiência nas aulas de Educação Física, superando as perspectivas históricas que acompanharam essa prática pedagógica/disciplina

RESUMEM

La inclusión de las personas con discapacidad en escuelas regulares tema es algo cada vez más frecuentes de los debates actuales en la educación. Este estudio tiene como objetivo comprender las cuestiones relacionadas con la acción pedagógica y la inclusión de los profesores en las clases de



educación física. Tuvimos que problema de investigación la siguiente pregunta: ¿Cómo los profesores de Educación Física en el aula, se refieren a la diferencia generada por la presencia de estudiantes con discapacidad en clases regulares? Metodológicamente, este estudio se constituye como un caso de estudio tuvo como objetivo analizar la acción pedagógica de dos profesores de educación física en las clases de la escuela inclusiva elemental que a una escuela privada de educación en la ciudad de Salvador y revelan, como si da la proporción de profesores con las diferencias generados específicamente por la presencia de discapacidad en el aula. Los resultados de esta investigación sugieren que los profesores desarrollen las prácticas pedagógicas que promuevan la inclusión de los niños con discapacidades en las clases de educación física, superando la perspectiva histórica que acompañó a esta práctica pedagógica y la disciplina

INTRODUÇÃO

A Educação Física é uma disciplina/prática pedagógica que integrou a escola brasileira a menos de dois séculos. Na maior parte desse tempo desempenhou, e talvez continue desempenhando, o papel de “educação do físico”, de preparação e adestramento do corpo. Na história do desenvolvimento dessa prática no Brasil podemos identificar um rastro de exclusão e negação das diferenças, tendo em vista que privilegiou, em alguns casos ainda privilegia os mais rápidos, mais fortes, mais ágeis, mais habilidosos.

Apenas nas últimas décadas constitui-se um campo acadêmico empenhado na permanente discussão dessa área de conhecimento. As décadas de 1980 e 1990 são marcos da produção acadêmica, mas apenas recentemente estamos incorporando os avanços científicos às práticas escolares da disciplina. Por isso, as proposições teóricas e metodológicas ainda não incorporaram o paradigma da inclusão e os desafios da Educação Inclusiva.

O discurso e as propostas da Inclusão também são novidades, que estão se consolidando nas últimas décadas no campo educacional através de políticas públicas onde surgiram e continuam surgindo uma série de leis, convenções e resoluções que asseguram o acesso e obrigam as escolas a matricular Pessoas com Deficiências¹ nas turmas regulares. Historicamente essas pessoas foram alijadas do convívio social e da participação nos sistemas regulares de ensino, somente recentemente temos nos preocupado com essa questão, assim a Inclusão Escolar ainda se constitui como uma inovação educacional

Quem já passou por esse tipo de experiência pode atestar que ter numa turma regular, alunos com qualquer tipo de deficiência é um grande desafio para o professor. Equacionar as demandas deste aluno e dos demais é uma tarefa muito difícil. Geralmente ficamos entre a exclusão/não participação destas pessoas nas aulas, por ignorância, falta de consciência social ou habilidade técnico-pedagógica, desconsiderando as diferenças e a importância de incluir este aluno em nossas aulas.

As motivações e o interesse pelo desenvolvimento deste estudo nascem no “chão da escola”, com a intervenção cotidiana nas aulas de educação física, a partir das experiências concretas na sala de aula, na

¹ “Pessoa com deficiência” passou a ser a expressão adotada contemporaneamente para designar esse grupo social. Em oposição à expressão “pessoa portadora”, “pessoa com deficiência” demonstra que a deficiência faz parte do corpo e, principalmente, humaniza a denominação. Ser “pessoa com deficiência” é, antes de tudo, ser pessoa humana. É também uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência. A expressão foi consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006 (LANNA JUNIOR, 2010, p.17).



quadra, no pátio, no parque, nos diferentes espaços da escola. Mas também são frutos de experiências na formação inicial e continuada, onde compreendemos o ato de pesquisar como esforço de sistematização e produção do conhecimento a partir da investigação sistemática e criteriosa de determinado objeto.

Tendo em vista o que relatamos anteriormente e buscando melhor compreender questões relacionadas à ação pedagógica de professores e a inclusão nas aulas de Educação Física tivemos como problema de pesquisa a seguinte questão: *Como os professores de Educação Física, na sua ação pedagógica, se relacionam com a diferença gerada pela presença de alunos com deficiência em turmas regulares?*

A fim de não limitar a pesquisa ao problema tivemos como objetivos: Analisar a ação pedagógica de dois professores de Educação Física em turmas inclusivas do ensino fundamental I de uma escola da rede privada de ensino na cidade de Salvador e Evidenciar, como se dá a relação desses professores com as diferenças geradas, especificamente, pela presença das deficiências durante as aulas de Educação Física na escola.

Metodologicamente este estudo constitui-se como uma pesquisa do tipo qualitativa que tenta responder a questão colocada e materializar os objetivos propostos através do diálogo com a literatura e apresentação de um estudo de caso desenvolvido em uma escola da rede privada de ensino da Cidade de Salvador – Bahia, onde investigamos as ações de dois professores de Educação Física em quatro turmas que têm a presença de crianças com deficiência.

REFLEXÕES SOBRE DEFICIÊNCIA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA,

O conceito de deficiência tem um legado histórico grande. Medeiros e Diniz (2004) destacam que nos últimos anos, observa-se uma tendência de mudança na forma de se entender o que é deficiência e como a sociedade é responsável por ela. O tratamento dado as pessoas nessa condição também tem passado por transformações ao longo da história da humanidade. Uma evidencia imediata dessas modificações está na nomenclatura, ou seja, nas terminologias utilizadas para se referir a uma pessoa com deficiência. Termos genéricos como “Mongolóide”, “excepcionais”, “inválidos”, “aleijados”, “incapacitados”, foram muito utilizados até meados do século XX, e infelizmente ainda hoje são recorrentes. Depois surgem os termos “Pessoas Portadoras de Deficiência”, “Pessoas com Necessidades Especiais”, “Portadores de Necessidades Especiais”. E atualmente “Pessoas com Deficiência”. (LANNA JUNIOR, 2010)

A história das Pessoas com Deficiência em nossa civilização é uma história de exclusão e de negação. A deficiência esteve associada ao castigo divino e as ações demoníacas, explicações místicas, sobrenaturais e espirituais. (CARVALHO, 2008). Tentando sintetizar as idéias sobre o tratamento dispensado as Pessoas com Deficiência, falando especificamente do Brasil, Lanna Junior (2010) afirma que *“Todas as iniciativas, desde o Império até a década de 1970, são parte de uma história na qual as pessoas com deficiência ainda não tinham autonomia para decidir o que fazer da própria vida”*. (p.30)

A Inclusão Escolar é uma inovação educacional, que propõe a abertura das escolas às diferenças. Tendo em vista que o ensino ministrado, ainda hoje, aos alunos, nas escolas de ensino regular, não dá conta do que é necessário para que essa abertura se concretize, pois a maioria delas adota medidas excludentes quando se defrontam com as diferenças, concordamos com Mantoan (2001, p.10) quando



considera que “a Inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”.

As propostas da Inclusão e as concepções subjacentes a esse novo paradigma questionam em primeiro plano a perspectiva educacional e a estrutura escolar que sustentamos ainda hoje, onde as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos, e como entendemos o mundo.

Segundo Mantoan (1999) a Inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais. Nessa perspectiva Oliveira (2006, p 56) reconhecendo a exclusão como o principal elemento gerador de políticas afirmativas da inclusão, traz o conceito de Inclusão como “ampliação de espaços de participação e luta pela democratização do acesso à educação e aos espaços sociais por aqueles marginalizados pela nossa sociedade, de hegemonia capitalista”

Gil (2005) considera que a Educação Inclusiva não deve ser vista como uma moda passageira. Ela é resultado de muitas discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram/tem a participação e o apoio de organizações de Pessoas com Deficiência e educadores, no Brasil e no mundo. Fruto também de um contexto histórico em que se resgata a Educação como lugar do exercício da cidadania e da garantia de direitos.

Historicamente a Educação Física ocupou-se da formação de padrões, corpos padrões, alunos padrões, supervalorizando os mais ágeis, mais fortes e mais velozes em detrimento dos menos ágeis, menos fortes e menos velozes. Segundo Falkenbach e colaboradores (2008) a Educação Física tem um histórico de seleção, performance e técnica muito forte e há muitas dificuldades iniciais no processo da inclusão nesta área.

Soler destaca que:

[...] a história de Educação Física Escolar é uma história de exclusão e marginalização com os menos hábeis, meninas e portadores de necessidades especiais, inclusive todos os dias enxergamos na mídia uma ditadura estética, em que só é valorizado o corpo perfeito, alijando-se o corpo comum [...] (2005, p.18).

Algumas reflexões e estudos corroboram com o anúncio das dificuldades da inter-relação da Educação Física com a inclusão. Seabra Junior (2006) destaca que não encontrou evidências claras e específicas à inclusão na maioria das abordagens metodológicas da Educação Física, analisadas por ele em seu trabalho de mestrado. Gonçalves (2009) fazendo análise de três importantes abordagens no cenário das propostas teóricas para a metodologia do ensino da Educação Física, entre elas a abordagem crítico-superadora de autoria de um coletivo de autores, a abordagem crítico-empoderadora proposta pelo professor Elenor Kunz e abordagem da Saúde Renovada de Markus Vinicius Nahas, afirma que as propostas apresentadas não conseguem subsidiar a partir de seus conceitos e proposições, as práticas inclusivas.

A política nacional expressa na publicação do Ministério da Educação - MEC dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs para a área de Educação Física Escolar apesar de anunciar o princípio de inclusão também é alvo de muitas críticas. Ao fazer uma análise do documento, Gonçalves (2010)



reconhece sua importância fundamental por nortear as práticas pedagógicas das escolas em todo o território nacional, mas também identifica que o texto deixa explícito em diversos momentos os limites de intervenção dessa disciplina, especialmente quanto a inclusão de pessoas com deficiência. Dentre as principais críticas levantadas por essa autora estão: a) o pequeno espaço destinado à orientação para inclusão de pessoas com deficiência, que segundo ela se resume a cinco parágrafos no corpo da segunda parte do documento, destinado ao 3º e 4º ciclo; b) ausência de referência a outros tipos de deficiência, além da deficiência física, o que permite uma formação “diferenciada” e “limitada” para esses alunos; c) inúmeras expressões de alunos idealizados, representados nos discursos sobre tudo aquilo que é possível fazer.

Outro aspecto interessante atrelado a relação Educação Física e Inclusão e ainda sobre produção de conhecimento, agora numa perspectiva mais recente, está registrado no trabalho de Falkenbach e colaboradores (2008). Através de um estudo descritivo e interpretativo de cunho bibliográfico os autores realizaram uma busca em artigos de três revistas reconhecidas da área² e também no banco de teses e de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) no período compreendido entre os anos 2000 a 2006, e puderam concluir que:

A partir desta pesquisa, pode-se perceber que não há registros na bibliografia da área da educação física, de intervenções e experimentos de inclusão nas aulas de educação física dentro da escola regular. As produções nos mostram que a inclusão está acontecendo a partir do momento em que relatam a participação de crianças com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física na classe regular. Mas não há publicações de propostas de inclusão para esta área do conhecimento (FALKENBACH ET AL. 2008, s/p).

A formação acadêmica e profissional também é alvo de críticas. Os trabalhos de Luna (2005) e Oliveira (2007) apontam questões significativas para pensar a preparação dos professores para lidar com questões como diversidade, diferenças, inclusão e deficiência. Na medida em que concluem que esse conhecimento não é tratado de forma concreta no momento da formação e que o currículo e os programas de cursos de licenciatura em Educação Física não dão importância a essas questões (LUNA, 2005), bem como os professores formadores têm percepções limitadas sobre a deficiência, (OLIVEIRA, 2007) evidenciam-se lacunas da formação inicial e conseqüentemente da atuação dos professores que passam por esse processo formativo.

Falkenbach e colaboradores (2008) em investigações realizadas sobre o fenômeno da inclusão na realidade das escolas da região do Vale do Taquari, mais especificamente nas redes de ensino municipal e estadual de cidades do interior do estado do Rio Grande do Sul, verificou carência de experimentos pedagógicos práticos na área. Mas afirma que “os estudos possibilitaram constatar significativas dificuldades no processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino e ainda mais pronunciadas na prática pedagógica em aulas de educação física” (FALKENBACH ET AL., 2008, s/p).

Mansur e colaboradores (2006, p.498) após estudo realizado na cidade de Laranjal – Minas Gerais, com a intenção de conhecer a opinião de professores de Educação Física sobre a inclusão de

² São elas: Revista Movimento, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Lecturas: Educación Física y Deportes - Revista Digital. Os autores registram que as revistas foram escolhidas pela sua regularidade de publicação, bem como por serem periódicos de qualificação internacional na área da educação física pelo qualis da CAPES.



alunos com deficiência no sistema regular de ensino, considerou que “os professores não possuíam conhecimentos suficientes para incluir um aluno deficiente em suas aulas”. E destacou que:

Todos professores relataram que há necessidade de cursos de capacitação para aquisição de conhecimentos sobre os vários tipos de deficiência e cursos de reciclagem sobre inclusão escolar, estrutura adaptada do espaço físico, material didático adequado, método adequado de ensino, apoio técnico-pedagógico especializado, à adequação metodológica de ensino que envolva todos os alunos e trabalho em equipe (p. 498).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO ESTUDO DE CASO

Do ponto de vista do debate acadêmico o nosso foco de abordagem situa-se no interior do campo epistemológico da práxis pedagógica de professores de Educação Física. No que tange à especificidade da abordagem dentro deste cenário, a opção de recorte do estudo recai sobre a ocorrência da problemática em foco no contexto específico de uma escola inclusiva.

Diante das possibilidades existentes na pesquisa qualitativa e considerando a especificidade e complexidade do tipo de problemática levantada, fizemos opção pela realização de um Estudo de Caso que segundo Gil (1999, p.72-73) “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Nossa pesquisa se desenvolveu em uma escola da rede privada de ensino na cidade de Salvador – Bahia. Nesse universo tivemos como objeto de investigação, a atuação e prática pedagógica de dois professores da área curricular de Educação Física, especificamente quando estiveram ministrando suas aulas em 04 turmas regulares que tem alunos com deficiência. As reflexões e proposições que seguiram derivam de generalizações feitas a partir da observação, análise e teorização realizada a partir deste estudo de caso, fruto da conclusão do curso de mestrado em Educação em fevereiro de 2011.

Vale ressaltar que não foi objetivo desse estudo discutir e/ou apresentar como deve ser a ação/intervenção do professor para lidar com as especificidades de cada deficiência. Queremos perceber e discutir a ação pedagógica do professor quando está diante da diferença gerada por qualquer tipo de deficiência, justamente por isso fizemos a opção de trabalhar com quatro turmas diferentes e com crianças que apresentam características, deficiências e necessidades diferentes.

Quanto à recepção e acolhimento inicial dos alunos com deficiência pelos dois professores, consideramos que de uma maneira geral ambos demonstraram segurança, cuidado e atenção, direcionados a essas crianças. No início da maioria das aulas tiveram preocupação de aguardar e iniciar a comunicação e as atividades com a turma após a chegada de todos. O contato/comunicação inicial com as crianças com deficiência em geral ocorreu da mesma forma de como ocorreu com as demais crianças da turma.

Dos momentos iniciais de recepção e acolhimento algumas atitudes especialmente nos chamaram atenção, uma delas foi o contato afetivo que os professores dedicaram às crianças com deficiência. Para Onrubia (2003, p.136) “estabelecer um clima de relacionamento afetivo e emocional baseado na confiança na segurança e na aceitação mútuas, em que caibam a curiosidade, a capacidade de surpresa e o interesse pelo conhecimento em si mesmo” é uma das características principais dos processos de



interação professor/alunos em situações de aula e estão implicadas nos processos de criação de Zonas de Desenvolvimento Proximal (ZDP)³.

Outro elemento importante do momento de recepção e acolhimento foi a ação dos professores de aguardar e tentar iniciar as aulas e a comunicação com a turma sempre na presença de todos os alunos. Também nesse momento inicial das aulas aparece uma preocupação com a qualidade dessa comunicação, ou seja, com a compreensão das crianças sobre aquilo que foi dito, explicado ou acordado com a turma.

Onrubia (2003) também destaca como característica fundamental da interação professor/aluno a utilização de uma linguagem clara e explícita como tentativa de evitar mal-entendidos e incompreensões e baseando-se em Edwards e Mercer (1988) afirma que:

[...] um uso adequado da linguagem é uma das características essenciais de uma interação capaz de fazer avançar adequadamente através dessas ZDP. Assegurar ao Máximo que não se produzam mal-entendidos na comunicação é um dos requisitos necessários para esse uso adequado e, para isso, é decisivo empregar formas de comunicação o mais explícitas possível e tratar de testar sistematicamente se não ocorreram rupturas na compreensão mútua (ONRUBIA 2003, p.142).

No desenvolvimento da aula tentamos focar nossa observação nas relações e interações entre as crianças sem deficiência e as crianças com deficiência e vice-versa. Num plano geral, as relações se estabelecem de maneira tranqüila na maior parte do tempo, mas também são permeadas por conflitos e incompreensões de ambas as partes em diversos momentos. Portanto, as relações entre as crianças constituem-se como um espaço de tensão permanente entre os processos de Inclusão e Exclusão.

Nesse contexto dirigimos o nosso olhar e a nossa atenção para as intervenções dos professores com as crianças com deficiência e nas situações onde estavam diretamente envolvidas. Uma preocupação dos professores evidente em nossas observações foi o oferecimento de ajuda às crianças com deficiência. Ambos disponibilizaram ajudas em diferentes momentos das aulas. Essas ajudas geralmente foram em forma de sustentação corporal e estratégias que facilitaram e possibilitaram a participação durante a aula ou como uma expressão de atenção e apoio às crianças.

Podemos considerar que essas ações coadunam com a concepção construtivista, onde o ensino é entendido como uma ajuda ao processo de aprendizagem e não substitui a atividade mental/corporal construtiva do aluno, nem ocupa seu lugar (COLL, 1990). Onrubia (2003, p.125) baseado nos trabalhos de Coll (1990; 1991) faz o seguinte alerta:

Se a ajuda oferecida não estiver “conectada” aos esquemas de conhecimentos do aluno, se não for capaz de mobilizá-los e ativá-los e, ao mesmo tempo, forçar sua reestruturação, não estará

³ Segundo Onrubia (2003, p. 127) Proposta pelo psicólogo soviético L. S. Vygotski, há mais de meio século, no âmbito de uma posição teórica global que defende a importância da relação e da interação com outras pessoas como origem dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano, recuperada junto com o conjunto da obra vygotkiana nos últimos anos e objeto crescente e interesse e aprofundamento no âmbito psicológico e educacional, a ZDP é definida como a distância entre o nível de resolução de uma tarefa que uma pessoa pode alcançar atuando independentemente e o nível que pode alcançar com a ajuda de um colega mais competente ou experiente nessa tarefa (Vygotski, 1979). Em termos gerais, a ZDP pode ser definida como o espaço no qual, graças à interação e à ajuda dos outros, uma pessoa pode trabalhar e resolver um problema ou realizar uma tarefa de uma maneira e em um nível que não seria capaz de ter individualmente (Newman, Griffin e Cole, 1991).



cumprindo sua missão. A condição básica para que a ajuda educacional seja eficaz e possa realmente atuar como tal é, portanto, a de que essa ajuda se ajuste às situações e às características que, a cada momento, a atividade mental construtiva do aluno apresentar.

Portanto, ao oferecer uma “ajuda ajustada” à aprendizagem supõe criar ZDP e oferecer nelas ajuda e apoio para que os alunos possam ir modificando, na atividade coletiva, seus conhecimentos, os sentidos e os significados do aprendizado, adquirindo possibilidades de atuação autônoma perante as tarefas (ONRUBIA, 2003).

Outro elemento importante desenvolvido na ação dos professores, e que podemos identificar com nossa investigação, foram às situações de interações entre professor/aluno e aluno/aluno. Oliveira (1997, p.57) destaca que “o ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial para seu desenvolvimento”. Essas considerações são feitas com base na produção do psicólogo soviético L. S. Vygotski, que no âmbito de uma posição teórica global, defende a importância da relação e da interação com outras pessoas como origem dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano. Como ele diz: “Nós nos tornamos nós mesmos através dos outros” (VIGOTSKI, 2000, p. 65).

A interação social das pessoas com deficiência e sem deficiência no contexto educacional é a “[...] chave para a construção do conhecimento. A heterogeneidade possibilita a troca, e conseqüentemente, se amplia à capacidade individual”, é o que considera Marques (2000, p. 104). A mesma autora destaca que a pessoa com deficiência deve participar ativamente da vida social, superando o caráter segregador, excludente e caritativo dado historicamente às pessoas com deficiência.

Sobre a pessoa com deficiência são atribuídas socialmente muito mais incapacidades do que aptidões, o que limita suas relações sócio-culturais, minimiza suas aprendizagens e limita seu desenvolvimento. Para a teoria histórico-cultural, o homem nasce com uma potencialidade, a de aprender e é nessa perspectiva que essa abordagem concebe seu desenvolvimento (OLIVEIRA, 2007, f.53-54).

A afirmação feita pelo autor acima também se baseia nos estudos de Vygotski sobre a deficiência. Para ele a criança com deficiência passa pelas mesmas mediações semióticas de desenvolvimento das pessoas sem deficiência. As relações sócio-culturais são mais determinantes no destino dessas pessoas do que a deficiência em si. Assim, o meio social e o contexto educacional podem facilitar ou dificultar a criação de caminhos para o desenvolvimento da pessoa com deficiência (OLIVEIRA, 2007).

Dessa forma, podemos considerar que as ações dos dois professores possibilitaram e favoreceram as interações professor/criança com deficiência e crianças com deficiência/ crianças sem deficiência. Lembrando que, nessas interações se constituem as Zonas de Desenvolvimento Proximal⁴ onde as pessoas “menos competentes” podem aprender com o auxílio de outras “mais competentes”.

⁴ De acordo com a caracterização de Vygotsky e os seus seguidores, é na ZDP que pode produzir-se o aparecimento de novas maneiras de o participante menos competente entender e enfrentar as tarefas e os problemas, graças à ajuda e aos recursos oferecidos por seu ou seus colegas mais competentes ao longo da interação. (...) a ZDP é o lugar onde graças ao suporte e à



Com relação à atividade escolar, é interessante destacar que a interação entre os alunos também provoca intervenções no desenvolvimento das crianças. Os grupos de crianças são sempre heterogêneos quanto aos conhecimentos já adquiridos nas diversas áreas e uma criança mais avançada num determinado assunto pode contribuir para o desenvolvimento das outras. Assim como o adulto, uma criança também pode funcionar como mediadora entre uma e outra criança e às ações e significados estabelecidos como relevantes no interior da cultura (OLIVEIRA, 1997, p. 64).

A diversificação das atividades e a oportunidade de escolha oferecida aos alunos, em diversos momentos nas aulas, são mais elementos positivos da ação dos professores. As aulas que observamos apresentaram um repertório grande de atividades.

Diversificar os tipos de atividades, possibilitar que em um dado momento os alunos possam escolher entre essas tarefas diferentes, propor em alguns casos atividades com opções ou alternativas internas ou com diversos níveis possíveis de execução final, constituem dessa perspectiva, outros tantos recursos para facilitar a participação do conjunto de alunos, no maior grau possível (ONRUBIA, 2003, p.136).

A diversificação e o espaço da escolha foram garantidos pelos professores em todas as turmas. Essas ações garantiram o direito das crianças com deficiência de falarem por elas mesmas. Isso é importante na medida em que podem dirigir as suas escolhas com autonomia, sem a intermediação de outros que talvez não conheçam verdadeiramente suas necessidades. Dessa forma, podemos verificar que “estamos evoluindo das práticas de falar por elas, para a de falar junto com elas, e progressivamente, de mais ouvi-las, aprendendo sobre suas necessidades e expectativas” (CARVALHO, 2008, p. 32).

Nos momentos de finalização das aulas não tivemos grandes diferenças da despedida do professor com o grupo e com os alunos com deficiência. Na maioria das aulas, a despedida aconteceu em momentos coletivos onde estiveram presentes todas as crianças e a atenção dos professores foi dirigida ao grupo. Apenas em algumas aulas foi possível observar a aproximação por parte dos professores para com as crianças com deficiência para fazer algum tipo de verificação ou intervenção específica.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Os resultados desta investigação sugerem que os professores desenvolvem ações pedagógicas que favorecem a inclusão das crianças com deficiência nas aulas de Educação Física, na medida em que a

ajuda dos outros, pode desencadear-se o processo de construção, modificação, enriquecimento e diversificação dos esquemas de conhecimentos definidos pela aprendizagem escolar. (ONRUBIA, 2003, p 128)



maioria das ações e intervenções dos professores possibilitou as interações entre as crianças com deficiência e outros sujeitos sociais (professores, crianças sem deficiência e monitora), o que pressupõe a possibilidade de criação e avanços nas zonas de desenvolvimento proximal.

Dessa forma as ações pedagógicas dos professores de Educação Física da Escola Pesquisada parecem ter superando as perspectivas históricas que acompanharam essa prática pedagógica/disciplina escolar que historicamente negligenciou as diferenças, supervalorizando os padrões e desenvolvendo práticas seletivas e excludentes impossibilitando a participação ampla de todas as pessoas independente das suas capacidades físicas e habilidades corporais.

As crianças com deficiência foram acolhidas, incentivadas e cuidadas durante as aulas dos dois professores que também demonstraram sensibilidades e estratégias para tratar as diferenças durante as suas aulas. Entre as principais estratégias e ações dos professores com as crianças com deficiência estiveram as “ajudas” oferecidas em diversos momentos das aulas. Quando ofereceram esse tipo de ajuda à aprendizagem identificamos a criação de ZDP onde foi possível que as crianças com deficiência fossem modificando nas atividades coletivas seus conhecimentos e os sentidos e significados do aprendizado, adquirindo possibilidades de atuação autônoma perante as tarefas. (ONRUBIA, 2003)

Os dois professores demonstraram segurança na recepção e acolhimento inicial dos alunos com deficiência. Estiveram na maior parte do tempo pedagógico atentos as necessidades dessas crianças. Principalmente estabeleceram contatos afetivos através de gestos corporais que expressaram sentimentos e emoções dos professores e alunos e foram cuidadosos na utilização das linguagens, favorecendo as interações e a participação das crianças nas aulas, já que o relacionamento afetivo e a utilização de linguagem clara, evitando mal-entendidos na comunicação são características importantes na interação professor/alunos e também estão implicadas nos processos de criação de Zonas de Desenvolvimento Proximal.

Também entre as estratégias utilizadas pelos professores podemos identificar a diversificação das aulas, em diferentes âmbitos: das atividades, dos espaços e dos recursos e materiais didático-pedagógicos. Tanto nas observações como em parte dos planos de aulas analisados podemos notar a atenção dos professores no sentido de oportunizar diversas atividades com graus de dificuldades variáveis, utilizando-se de diferentes objetos, materiais e brinquedos. Essa diversificação também favoreceu a participação das crianças com deficiência nas aulas, tornando as atividades mais atrativas.

Um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento da criança e da aprendizagem são as interações com outras pessoas. As ações pedagógicas e as propostas de atividades dos professores possibilitaram e favoreceram as interações entre professor/criança com deficiência e crianças com deficiência/ crianças sem deficiência. O espaço das aulas de Educação Física na escola pesquisada prioriza os jogos e brincadeiras entre os seus conteúdos e dessa forma as crianças têm um espaço privilegiado de interação nessas aulas. Entretanto também destacamos que não basta possibilitar uma intensa relação interpessoal, seja entre os próprios alunos, seja entre alunos e professores é preciso que existam atuações concretas do professor na mediação das aprendizagens.

Os espaços de interação das crianças com deficiência com as crianças sem deficiência no contexto da escola pesquisada foi identificado com um espaço de tensão permanente entre a inclusão e a exclusão, entre as atitudes acolhedoras, compreensivas e interativas e outras de rejeição, preconceito e discriminação. Esse cenário compôs as intervenções dos dois professores de Educação Física que durante as aulas trataram dessas questões.



A perspectiva da concepção construtivista do ensino e da aprendizagem pode dar respostas à diversidade e as diferenças no cotidiano escolar, especialmente nas aulas de Educação Física, na medida em que defende a importância da relação e da interação como outras pessoas como origem dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano e as aulas de Educação Física podem se constituir como espaço privilegiado de relações e interações.

Entretanto, consideramos que serão necessários novos estudos e pesquisas que tenham como foco intervenções e experimentos de inclusão nas aulas de educação física dentro da escola regular. Dessa forma será possível desenvolver mais subsídios para o desenvolvimento de propostas de inclusão para essa área de conhecimento.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre, Mediação, 2008.

CARMO, Apolônio Abadio Educação Física e Inclusão Escolar: Em busca da superação dos limites da adaptação. Revista Conexões, v. 6, 2001

Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência – 1999 (Declaração da Guatemala)

DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ESPIRITO SANTO, Fernando Reis. Políticas de reformulação curricular e a formação em Educação Física no Brasil: uma arena de conflitos. 2003, Tese (doutorado em Educação). PUC-SP, 2003.

FALKENBACH, Atos Prinz; DREXSLER, Greice; LAUXEN, Patrícia. Experimentos práticos de inclusão em Educação Física escolar: um estudo a partir das publicações da área. Revista Digital - Buenos Aires - Año 13 - N° 121 - Junio de 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/> acesso em: 11 de novembro de 2010 as 12:09.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999

GIL, MARTA. Educação Inclusiva: O que o professor tem haver com isso? Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GONÇALVES, Gisele Carreirão. A Educação Física no projeto da Educação Inclusiva. Caderno de Formação RBCE – v.1, n.2 (2009) – Campinas: CBCE e Autores Associados, 2010.



_____. Dos saberes da Educação Física escolar e suas (im) possibilidade de práticas inclusivas para alunos com histórico de deficiência. 100f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

GORGATTI, Márcia Greguol. Educação Física Escolar e Inclusão: uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores. São Paulo, 200. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte, 2005.

LANNA JUNIOR, M. C. M. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil / compilado por Mário Cléber Martins Lanna Júnior. - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LUNNA, Cristiane Freitas. Educando para a diferença: análise crítica do conhecimento sobre pessoas com necessidades especiais nos currículos dos cursos de educação física, 2005. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade do Estado da Bahia, Campus I, Salvador, 2005

MANSUR Henrique N.; ROCHA, Josimar Siqueira; SANTOS, Glayson M.; SOUZA, Leandro S.; GOMES, Diessye Regazi. Educação Física e Inclusão Escolar: Uma visão do Professor. Revista Científica da FAMINAS - Muriaé - v. 3, n. 1, sup. 1, p. 498, jan.-abr. 2007.

MANTOAN, M. T. E. . Escola inclusiva e educação de qualidade. Educação Especial Abordagem da Práxis Pedagógica, Belo Horizonte, n. 3, p. 42-44, 1997

_____. Ensino inclusivo/educação (qualidade) para todos. Revista Integração, n. 20, p. 30-32, 1998.

_____. Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003

MARQUES, Luciana Pacheco. O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica. Tese em Educação, Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

_____. O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2001.

MEDERIOS, Marcelo; DINIZ, Débora. A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2004. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1040.pdf. Acesso em: 10/10/2009 às 19h34min.

OLIVEIRA, João Danilo B. Um estudo das representações sociais dos professores de Educação Física no ensino superior, 2007. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade federal da Bahia, Salvador 2007.



OLIVEIRA, Martha Kohl de. Vygotsky: Aprendizado e Desenvolvimento: Um processo Sócio-histórico / Martha Kohl de Oliveira. São Paulo, Scipione, 1997. (Pensamento e Ação no Magistério)

ONRUBIA, Javier. Ensinar: Criar zonas de desenvolvimento proximal e nelas intervir. In COLL ET AL. O Construtivismo na Sala de Aula. 6ª Edição. Tradução Claudia Schilling. Editora Ática, São Paulo, 2003

SEABRA JÚNIOR, Luiz. Inclusão, necessidades especiais e Educação Física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar / Luiz Seabra Júnior. - Campinas, SP: [s.n], 2006. Orientador: Paulo Ferreira de Araújo. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva: Em busca de uma Educação Física Plural. Rio de Janeiro, SPRINT, 2005.

VIGOTSKI, Lev. S. Manuscrito de 1929. Educação e Sociedade, v.21, n.71, p.21-44, jul. 2000.

XAVIER NETO, Lauro Pires. Educação Física (saiba mais), Rio de Janeiro, 2005. coleção saiba mais sobre, volume 2.